



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

O TRÁFICO NEGREIRO NO RIO GRANDE DO SUL E AS CONJUNTURAS DO TRÁFICO ATLÂNTICO, C. 1790 - C.1830

Gabriel Santos Berute¹

A partir da observação da movimentação de entrada de navios negreiros no porto do Rio de Janeiro, Manolo Florentino propôs que o tráfico atlântico de escravos apresentou três conjunturas distintas na passagem do século XVIII para o XIX: uma fase de *estabilidade* (1790/6-1808), uma de *aceleração* (1809/10-1825), vinculada a transferência da Família Real para o Brasil e a abertura dos portos coloniais ao comércio internacional, e a da “*crise de oferta africana*” (1826-1830), quando a expectativa pelo fim do tráfico, em decorrência dos diversos acordos e tratados assinados com a Inglaterra, e o aumento da demanda por cativos no sudeste brasileiro contribuíram para um substancial crescimento no volume de importação de africanos².

Considerando esta periodização e as fontes disponíveis para o Rio Grande do Sul, neste trabalho proponho a análise comparativa das características mercantis do tráfico negreiro no extremo-sul da América portuguesa, destacadamente a atuação dos agentes responsáveis pelo fornecimento de mão-de-obra cativa para a região e as redes mercantis das quais faziam parte.

A base documental utilizada são as *guias de transporte de escravos* entregues na Provedoria da Fazenda do Rio Grande do Sul e os *despachos e passaportes de escravos* emitidos pela Polícia da Corte do Rio de Janeiro³. As primeiras registram a entrada de escravos africanos e crioulos no território rio-grandense proveniente de diferentes portos do Brasil, enquanto os despachos e passaportes informam a respeito da importação realizada através do porto do Rio de Janeiro. Testamentos, inventários *post-mortem* e escrituras públicas registradas nos tabelionatos de Porto

¹ Mestre em História pelo PPG-História/UFRGS. Doutorando na mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail: gabrielberute@gmail.com.

² Para seu detalhamento, ver FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 44-50; FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 46-9.

³ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Documentação Avulsa da Fazenda, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802*; ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO (ANRJ). *Códice da Polícia da Corte, Códice 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Códice 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Códice 424: volumes 1 a 7, 1826-1831*. A documentação da Polícia da Corte foi consultada a partir do banco de dados FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. *Tráfico interno de escravos e relações comerciais centro-sul (séculos XVIII-XIX)*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ipea/LIPHIS-UFRJ, 2001 [CD-ROM].

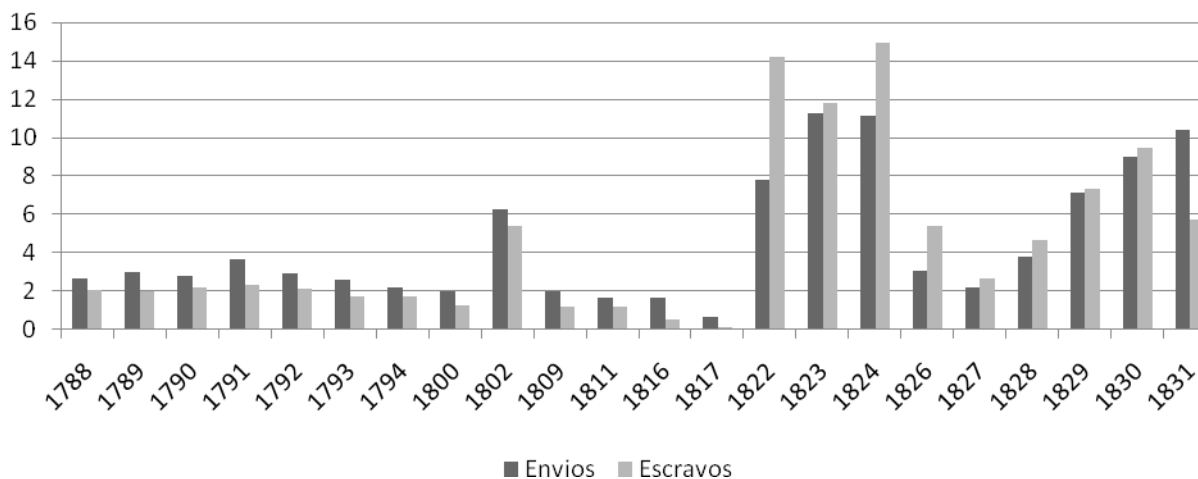


Alegre e Rio Grande forneceram as informações necessárias para analisar a atuação dos principais agentes mercantis envolvidos no abastecimento de escravos para a economia rio-grandense.

A atividade negreira em terras sul-riograndenses

Os dados selecionados e aqui analisados reúnem um total de **3.355** envios com **15.864** escravos despachados por **2.202** agentes diferentes⁴. Chama a atenção o grande número de envolvidos na atividade. Observando os dados reunidos na **Tabela 1** é possível perceber que há uma concentração dos envios e dos escravos em 1802 e entre 1822 e 1824. Em 1826, constata-se uma queda acentuada em relação ao ano anterior e nos seguintes as duas variáveis apresentaram-se em crescimento até 1830. Em 1831, ano da lei que proibia o tráfico negreiro, percebe-se a diminuição do total de escravos importados embora o número de envios permanecesse em crescimento.

Gráfico 1 – Importação de escravos pelo Rio Grande do Sul, c.1790 - c.1830 (%)



Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

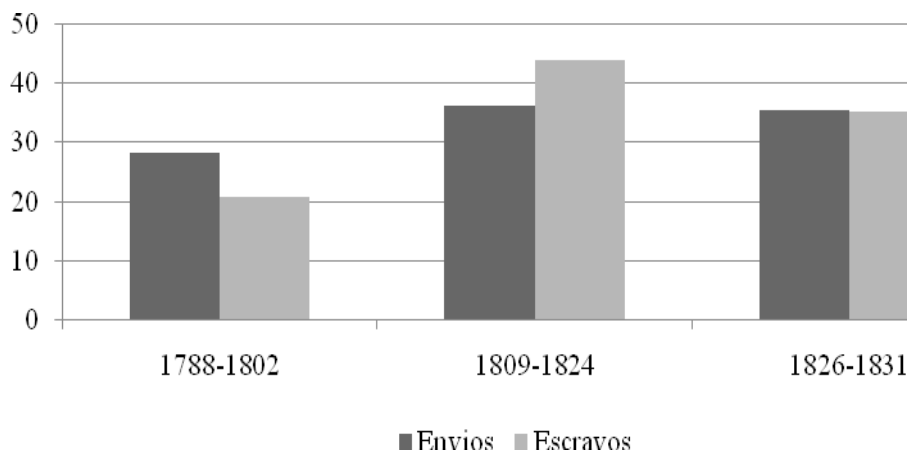
Considerando a periodização elaborada por Manolo Florentino, reuni os dados disponíveis

⁴ Os dados referentes às duas primeiras fases foram analisados na minha dissertação BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. 2006. 200p. Mestrado em História – PPGH-UFRGS, Porto Alegre. Parte dos registros referentes aos anos entre 1826-31 foram analisados na comunicação apresentada na edição anterior deste evento BERUTE, Gabriel Santos. *O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826-1831*. In Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, Maio 2009. 13p. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/GabrielBerute.pdf>>. Acesso em: 23 Jul. 2009.



nos seguintes subperíodos (**Gráfico 1.1**): 1788-1802 (estabilidade); 1809-1824 (aceleração) e 1826-1831 (“crise de oferta africana”). Desta forma, se percebe que o período correspondente à aceleração dos desembarques apresentou os maiores percentuais de envios realizados e do total de escravos despachados: 36 e 44%, respectivamente. Na “crise de oferta africana”, o percentual de envios e de escravos foi superior ao observado no primeiro período da série. Na passagem da fase de aceleração para a de crise a redução no número de escravos foi mais acentuada do que no total de transações efetuadas que se manteve nos mesmos patamares, concentrando entre 35 e 36% dos envios. Ainda que se considere a falta de registros para alguns dos anos considerados, chama atenção que nos seis anos correspondentes à fase de crise foram despachados pouco mais de um terço dos 15.864 escravos contabilizados nas fontes consultadas. Assim, ainda que a “Lei de 1831” não tenha efetivamente acabado com o tráfico atlântico, a expectativa de que ela colocasse fim à atividade contribuiu para a intensificação da importação de escravos em um curto período de tempo⁵.

Gráfico 1.1 – Importação de escravos pelo Rio Grande do Sul, c.1790 - c.1830 (%)



Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

O Rio Grande do Sul participava indiretamente do tráfico atlântico. De acordo com Mariza Soares, deve-se considerar como “tráfico interno” a comercialização de africanos que já viviam no Brasil (*ladinos*) e dos escravos nascidos aqui (*crioulos*). As praças que recebiam escravos africanos

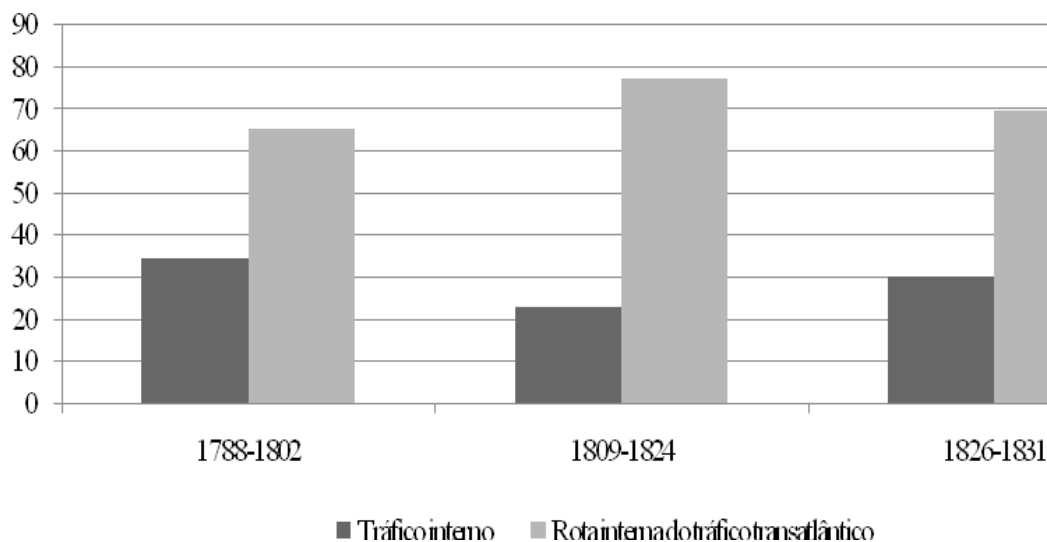
⁵ Para um balanço das novas perspectivas interpretativas da “Lei de 1831”, ver MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e GRINBERG, Keila (org.). Dossiê – “Para inglês ver”? Revisitando a Lei de 1831. In *Estudos Afro-Asiáticos*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM, Jan-Dez 2007, Ano 29, nº 1/2/3, p. 85-340.



recém desembarcados (africanos *novos* ou *boçais*) a partir dos portos que recebiam escravos diretamente da África (Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) faziam parte da etapa interna do tráfico atlântico, ou a “terceira perna do tráfico” (redistribuição), conforme Roberto Martins⁶.

No **Gráfico 2** se observa que a fase de estabilidade foi aquela na qual o tráfico interno contribuiu de forma mais consistente para o abastecimento de mão-de-obra da região e que no último período considerado voltou a ampliar sua participação no comércio de escravos.

Gráfico 2 – Distribuição dos escravos: tráfico interno e rota interna do tráfico transatlântico, 1788-1802; 1809-1824; 1826-1831 (%)



Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Códice 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Códice 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Códice 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

Nos três períodos considerados fica evidenciada a importância do tráfico atlântico para o fornecimento de mão-de-obra cativa inclusive para uma região com a economia voltada principalmente para o abastecimento interno, tal como o Rio Grande do Sul. Nota-se no **Gráfico 2** que apesar da redução da importação de africanos novos na fase de crise de oferta em relação à conjuntura anterior, a importação de africanos recém desembarcados permaneceu superior ao verificado entre 1788-1802 quando o ritmo dos desembarques de negreiros era estável.

No que diz respeito às características mercantis, Manolo Florentino constatou que a etapa

⁶ MARTINS, Roberto Borges. *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE*. Caxambu/MG: ABPHE, 7-10 setembro, 2003; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 77.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

atlântica do tráfico negreiro caracterizava-se pela presença de um pequeno grupo de comerciantes que dominavam a atividade, mas que também atraía um grande número de traficantes não especializados interessados nos rendimentos proporcionados pelo tráfico atlântico, principalmente nas conjunturas de alta⁷. João Fragoso observou que esta característica marca todos os setores do comércio colonial (tráfico de escravos, transporte de animais e de alimentos): na base, um elevado número de agentes mercantis não especializados profissionalmente enquanto no topo da hierarquia mercantil, um pequeno grupo de grandes negociantes concentrava a maior parte das transações dos principais ramos do comércio. Estes estavam menos sujeitos as mudanças de conjuntura do mercado em relação aos pequenos que atuavam poucas vezes ao longo de poucos anos, preferencialmente nos momentos mais favoráveis. Na etapa de redistribuição interna da mão-de-obra cativa, a presença de “traficantes eventuais” atingia patamares bastante elevados e, ao contrário do tráfico atlântico, eles respondiam por uma parcela mais significativa dos escravos negociados. De tal modo, em ambos os casos estes “comerciantes eventuais” desempenhavam um papel estrutural fundamental para o funcionamento da economia escravista e para a manutenção do fornecimento de mão-de-obra⁸. Os dados abaixo analisados indicam que estas características também estavam presentes no abastecimento de mão-de-obra cativa do Rio Grande do Sul.

Na **Tabela 1** nota-se que em todo o período considerado predomínio dos pequenos envios, principalmente com até dois escravos. Nas três fases do tráfico, uma parcela entre 61 e 69% dos envios estava nesta faixa. Apesar disso, nas pequenas remessas foram despachados até um quarto dos escravos, na fase de estabilidade. Nas conjunturas seguintes, os percentuais foram de 13 e 17,5%. Nos envios de porte médio (11 a 50 escravos), por sua vez, foram enviados para os portos de Rio Grande e Porto Alegre entre 39 e 66% dos cativos, ainda que estes correspondessem por no máximo 21% dos envios realizados. Somente nas fases de aceleração e de crise foram registrados envios superiores a 50 escravos. Em 1809-24 foram registradas as maiores cifras, quando em apenas sete envios (0,6%) foram despachados do Rio de Janeiro 9,5% dos escravos aqui desembarcados.

Tabela 1 – Concentração do tráfico interno: escravos enviados para o Rio Grande do Sul,

⁷ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 150-54.

⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª Edição revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 187-233. A presença de “mercadores eventuais” também foi observada por Cláudia Chaves ao analisar o comércio de Minas Gerais no século XVIII. CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. 1ª Edição. São Paulo: Annablume, 1999, p. 113-61.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

c.1790 - c.1830

# Escravos por envio	# Envios	%	# Escravos	%
1788-1802				
1	479	50,7	479	14,5
2	175	18,5	350	10,6
3	60	6,3	180	5,5
4	54	5,7	216	6,6
5	23	2,4	115	3,5
6 a 10	87	9,2	658	20,0
11 a 20	43	4,6	594	18,0
21 a 30	15	1,6	365	11,1
31 a 40	6	0,6	199	6,0
41 a 50	3	0,3	138	4,2
Total	945	100	3.294	100
1809-1824				
1	585	48,1	585	8,4
2	153	12,6	306	4,4
3	94	7,7	282	4,0
4	55	4,5	220	3,2
5 a 10	142	11,7	994	14,2
11 a 25	126	10,4	2.090	29,9
26 a 50	54	4,4	1.857	26,6
51 a 75	1	0,1	60	0,9
76 a 100	5	0,4	440	6,3
mais de 100	1	0,1	150	2,1
Total	1.216	100	6.984	100
1826-1831				
1	601	50,3	601	10,8
2	188	15,7	376	6,7
3	97	8,1	291	5,2
4	48	4,0	192	3,4
5 a 10	126	10,6	898	16,1
11 a 25	92	7,7	1.583	28,3
26 a 50	36	3,0	1.228	22,0
51 a 75	4	0,3	255	4,6
76 a 100	2	0,2	162	2,9
Total	1.194	100	5.586	100

Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

Em Salvador, um dos principais pólos redistribuidores da colônia, a composição dos envios mostrava-se mais concentrada nos despachos de maior porte. Alexandre Ribeiro contabilizou que na década de 1760 os envios com até dois escravos (54%) respondiam por aproximadamente 11% dos cativos enviados de Salvador, os intermediários (11 a 50), eram 12,5% dos envios e 40% dos escravos. Os maiores de cinquenta escravos (1,5%) correspondiam a um quarto dos cativos. Nos anos entre 1811 e 1820 (correspondente a fase de aceleração), semelhante com o verificado no Rio Grande do Sul, diminuiu a representatividade dos envios de até dois cativos (52% dos envios com



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

6% dos escravos) enquanto as remessas com mais de 50 cativos alcançaram os 4% que acumularam 41% dos cativos. Na faixa intermediária, as cifras foram de 17 e 36%, respectivamente⁹.

Conforme os dados reunidos na **Tabela 2**, a maior parte dos agentes fez no máximo dois envios. Eles representaram entre 90 e 94% dos agentes e foram responsáveis por parcelas entre 70 e 77% dos envios nos quais foram despachados, respectivamente, 62, 57 e 60,5% dos escravos importados pelo Rio Grande do Sul nos três subperíodos considerados. Nota-se que enquanto o percentual destes agentes e a parcela de envios que foram responsáveis foram crescentes ao longo do período, o total de escravos despachados em cada uma das fases apresentou queda entre os anos de estabilidade e de aceleração. Na passagem para a conjuntura de “crise de oferta africana” houve um aumento de aproximadamente quatro pontos percentuais no volume de cativos enviados. Apesar disso, o maior percentual de escravos que os agentes que enviaram até dois cativos alcançaram foi registrado em 1809-24.

Na mesma tabela é possível observar também a atuação dos agentes que fizeram de 5 a 25 envios. Nota-se que apesar de um leve decréscimo na passagem de 1788-1802 para 1809-1824 no percentual dos agentes, a parcela de escravos e envios que eles foram responsáveis foi crescente. Considerando os dados tabulados a partir das médias de escravos por agentes, nota-se que houve grande diferença entre os agentes que fizeram até dois envios e aqueles fizeram de 11 a 25 remessas, indicando a concentração dos negócios.

Tabela 2 - Total de envios realizados por cada agente, c.1790 - c.1830

Faixa de envio	# Agentes	%	# Envios	%	# Escravos	%
1788-1802						
1	507	77,9	507	53,7	1430	43,4
2	79	12,1	158	16,7	599	18,2
3	34	5,2	102	10,8	408	12,4
4	15	2,3	60	6,3	210	6,4
5 a 10	15	2,3	98	10,4	535	16,2
11 a 25	1	0,2	20	2,1	112	3,4
Total	651	100	945	100	3.294	100
1809-1824						
1	628	76,1	628	51,6	2.365	33,9
2	124	15,0	248	20,4	1.600	22,9
3	35	4,2	105	8,6	647	9,3
4	19	2,3	76	6,3	593	8,5
5 a 10	15	1,8	96	7,9	986	14,1
11 a 25	4	0,5	63	5,2	793	11,4
Total	825	100	1.216	100	6.984	100

⁹ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a Praça mercantil de Salvador (c. 1680-c. 1830)*. 149p. Mestrado em História – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, p. 119-20.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

	1826-1831					
1	745	84,0	745	62,4	2.442	43,7
2	89	10,0	178	14,9	937	16,8
3	19	2,1	57	4,8	436	7,8
4	9	1,0	36	3,0	308	5,5
5 a 10	24	2,7	167	14,0	1.368	24,5
11 a 25	1	0,1	11	0,9	95	1,7
Total	887	100	1.194	100	5586	100

Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

A fase de aceleração (1809 e 1824) foi a que apresentou a maior diferença: 5,3 e 93,6, respectivamente. Destaca-se que apesar da redução na fase de crise, as médias mantiveram o mesmo padrão ainda que a média dos que fizeram de 11 a 25 envios tivesse diminuído significativamente em relação à fase de aceleração: 4,1 e 58,5 escravos por agente.

Na **Tabela 3** consta a distribuição dos escravos entre os agentes que participaram do tráfico de escravos do Rio Grande do Sul nos três subperíodos considerados. Os agentes que fizeram chegar até dez escravos nos portos rio-grandenses foram predominantes em todo o período. Entre os anos de 1788-1802, representavam 89% dos agentes e foram responsáveis por 43% dos escravos distribuídos em 76% das remessas.

Os agentes que enviaram apenas um escravo predominavam entre este grupo. Entre 44,5 e 49% deles foram responsáveis por parcela que variou entre 31 e 36% dos despachos. Quanto ao percentual de cativos por eles transportados, nota-se que as cifras eram reduzidas. O resultado mais representativo foi verificado na fase de estabilidade e o menor na fase de aceleração. Apesar do crescimento da parcela de escravos por eles transportados no período da “crise de oferta africana”, destaca-se que a tendência de concentração do volume de cativos transportados nas mãos dos agentes que trouxeram para o Rio Grande do Sul onze ou mais cativos se manteve.

Destaca-se ainda que poucos agentes despacharam mais de cem escravos. Apesar disso, na fase de aceleração, os oito agentes desta faixa (1%) chegaram a ser responsáveis por 21% dos escravos distribuídos em apenas 6% das remessas. Chama a atenção ainda, que em todo o período considerado o percentual de escravos que estes traficantes enviaram foi superior ao computado entre aqueles que enviaram apenas um cativo.

Tabela 3 - Total de escravos enviados por cada agente, c.1790 - c.1830



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Total de escravos	# Agentes	%	# Escravos	%	# Envios	%
1788-1802						
1	290	44,5	290	8,8	290	30,7
2	119	18,3	238	7,2	139	14,7
3	53	8,1	159	4,8	83	8,8
4	40	6,1	160	4,9	63	6,7
5 a 10	79	12,1	561	17,0	147	15,6
11 a 25	42	6,5	717	21,8	114	12,1
26 a 50	26	4,0	893	27,1	84	8,9
mais de 100	2	0,3	276	8,4	25	2,6
Total	651	100	3.294	100	945	100
1809-1824						
1	376	45,6	376	5,4	376	30,9
2	121	14,7	242	3,5	157	12,9
3	60	7,3	180	2,6	88	7,2
4	38	4,6	152	2,2	55	4,5
5 a 10	94	11,4	637	9,1	167	13,7
11 a 25	78	9,5	1.338	19,2	147	12,1
26 a 50	27	3,3	933	13,4	55	4,5
51 a 75	14	1,7	856	12,3	55	4,5
76 a 100	9	1,1	821	11,8	41	3,4
mais de 100	8	1,0	1.449	20,7	75	6,2
Total	825	100	6.984	100	1.216	100
1826-1831						
1	434	48,9	434	7,8	434	36,3
2	141	15,9	282	5,0	162	13,6
3	69	7,8	207	3,7	88	7,4
4	39	4,4	156	2,8	50	4,2
5 a 10	94	10,6	658	11,8	150	12,6
11 a 25	61	6,9	986	17,7	119	10,0
26 a 50	27	3,0	993	17,8	77	6,4
51 a 75	11	1,2	686	12,3	40	3,4
76 a 100	8	0,9	712	12,7	49	4,1
mais de 100	3	0,3	472	8,4	25	2,1
Total	887	100	5.586	100	1.194	100

Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

A comparação com os resultados obtidos por João Fragoso e Roberto Guedes referentes aos despachos de africanos novos a partir do porto Rio de Janeiro para as demais regiões do Brasil no período entre 1825 e 1830 indica que no tráfico negreiro sul-riograndense os traficantes eventuais tinham grande importância e respondiam por parte significativa dos cativos negociados. Nas saídas da Corte, os responsáveis pela remessa de um cativo (121 indivíduos ou 22%) foram responsáveis pela negociação de apenas 1% dos 19.461 cativos computados pelos autores em cerca de 5% dos 2.310 envios do período. Aqueles que negociaram mais de dez escravos (36%) foram responsáveis



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

por aproximadamente 95% do volume total e por 75% das remessas¹⁰. Assim, com o início do período de “crise de oferta africana” a participação dos pequenos comerciantes de escravos no volume total dos negócios se tornou mais escassa, demonstrando uma concentração ainda maior na distribuição dos africanos novos na colônia. Como se viu, a mesma natureza concentradora podia ser observada no Rio Grande do Sul, mas em nenhum momento os traficantes de mais de dez escravos tiveram tamanha representatividade. Destaca-se ainda que a participação deles na última fase da periodização foi inferior em relação ao período de aceleração enquanto aqueles que enviaram apenas um cativo aumentaram sua representatividade nas três variáveis consideradas.

Indicativo da grande circulação que caracterizava o mercado de escravos e do poder atrativo do mesmo em decorrência das possibilidades de vantagens econômicas por ele proporcionadas é a verificação do número de anos que um mesmo agente permanecia em atividade. Na **Tabela 4** fica evidente que a grande maioria deles atuou em no máximo três anos diferentes no comércio de escravos, sendo que a maior parte em apenas um ano. Nas três fases do tráfico estes agentes correspondiam a uma parcela entre 86 e 89% dos despachantes de cativos e acumulavam cerca de dois terços dos envios e mais da metade dos escravos transportados. Acrescente-se que este grupo reduziu sua representatividade no total de cativos ao longo do período embora aparecessem cada vez em maior número e com mais envios.

Cabe sublinhar que um grupo bastante reduzido dos agentes mercantis que atuaram no comércio de escravos do Rio Grande do Sul o fez em quatro ou mais anos. Apesar disso, na fase de estabilidade e da “crise de oferta africana” eles chegaram a responder por 15% dos escravos. No período de aceleração, a representatividade deste grupo mostrou-se bastante reduzida.

Tabela 4 - Número de anos de participação dos agentes no tráfico negro, c.1790 - c.1830

# Anos	# Agentes	%	# Envios	%	# Escravos	%
1788-1802						
1	558	85,7	622	65,8	1.887	57,3
2	59	9,1	154	16,3	590	17,9
3	25	3,8	92	9,7	323	9,8
4	3	0,5	15	1,6	233	7,1
5	3	0,5	23	2,4	103	3,1
6	1	0,2	9	1,0	26	0,8
7	1	0,2	10	1,1	20	0,6

¹⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In *Seminário de História Quantitativa*. Juiz de Fora: UFOP, 2000, Quadro 10, p. 17.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

8	1	0,2	20	2,1	112	3,4
Total	651	100	945	100	3.294	100
1809-1824						
1	733	88,8	861	70,8	3.801	54,4
2	67	8,1	184	15,1	1.525	21,8
3	24	2,9	164	13,5	1.635	23,4
4	1	0,1	7	0,6	23	0,3
Total	825	100	1.216	100	6.984	100
1826-1831						
1	788	88,8	840	70,4	2.985	53,4
2	75	8,5	200	16,8	1.148	20,6
3	15	1,7	85	7,1	604	10,8
4	6	0,7	43	3,6	498	8,9
5	3	0,3	26	2,2	351	6,3
Total	887	100	1.194	100	5.586	100

Fonte: AHRs. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

Ao investigar as saídas de tropas conduzindo escravos a partir do Rio de Janeiro, entre 1824-1833, João Fragoso concluiu que somente aqueles que atuaram *em mais de sete anos* no mercado poderiam ser considerados como “negociantes regulares de cativos”. O autor identificou que apenas 0,3% dos traficantes (19) nesta faixa. Eles conduziram apenas 4.026 escravos (7,2%) enquanto os 4.297 comerciantes que atuaram em apenas um ano no mesmo intervalo (quase 80% do total), foram responsáveis por mais de 36% dos escravos negociados (20.332)¹¹. Ou seja, em relação a estes traficantes, fica sugerido que a frequência de atuação dos agentes mercantis que participavam da redistribuição dos escravos para o Rio Grande do Sul era mais instável, pois poucos traficantes permaneceram em atividade por um número de anos equivalente ao indicado por Fragoso para os negociantes regulares. Por outro lado, aqueles que participaram em somente um ano eram a maioria dos agentes mercantis envolvidos e foram responsáveis por mais da metade dos escravos negociados; parcela superior, portanto, à parcela registrada nas saídas do Rio de Janeiro.

A grande circulação de agentes e a concentração dos negócios também ficam evidentes quando se organiza os dados disponíveis de acordo com o número de períodos que o mesmo agente atuou no tráfico. Na **Tabela 5** é possível observar que a maior parte dos agentes atuou somente em uma das fases consideradas. Os que apareceram em duas fases foram responsáveis por 17% dos envios equivalentes a 27% dos cativos. Apenas nove traficantes permaneceram em atividade apesar das mudanças conjunturais do tráfico atlântico de escravos que também se refletia na etapa de

¹¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª Edição revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 206-8.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

redistribuição da mão-de-obra cativa. A média de escravos que cada um deles despachou era bastante superior em relação à maioria que atuou em apenas um dos períodos.

Tabela 5 – Permanência dos agentes no tráfico negreiro, c.1790 - c.1830

# Fases	# Agentes	%	# Envios	%	# Escravos	%	Média
1	2.048	93,0	2.717	80,7	11.009	69,4	5,4
2	145	6,6	568	16,9	4.303	27,1	29,7
3	9	0,4	70	2,1	552	3,5	61,3
Total	2.202	100	3.355	100	15.864	100	7,2

Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

Todavia, nem todos os agentes que atuaram no tráfico de escravos ao longo das três conjunturas aqui consideradas foram responsáveis pelo despacho de um número elevado de escravos. A **Tabela 6** reúne 1,5% dos agentes identificados em todo o período e estes foram responsáveis por aproximadamente 28% dos escravos e 8% das remessas. Nota-se que apenas dois dos agentes que enviaram mais de setenta e cinco escravos o fizeram nas três conjunturas do tráfico negreiro e que outros quatorze participaram em duas das fases.

Tabelas 6 – Agentes que despacharam mais de 75 escravos para o Rio Grande do Sul, c.1790 - c.1830

AGENTE		# Escravos	# Envios	# Períodos
1	Manuel José Gomes Moreira	342	21	2
2	Manuel Vieira de Aguiar	282	12	2
3	Manuel Afonso Gomes	256	26	2
4	Miguel Ferreira Gomes	213	22	3
5	José Leal de Azevedo & Companhia, Capitão	202	5	1
6	Joaquim Antonio Ferreira	198	11	3
7	João José da Cunha	184	19	2
8	Francisco Ferreira de Assis	179	20	2
9	Manuel José Pereira Graça	171	11	2
10	Francisco Gomes Parreira	164	5	1
11	Cândido Ferreira Fernandes De Lima	163	8	1
12	Manuel de Passos Correia	150	1	1
13	Militão Máximo de Souza	122	9	1
14	Inácio José Machado	115	6	2
15	José Alexandre Ferreira Brandão	115	5	1
16	José Maxwell	113	3	2
17	Bernardo Francisco de Brito	112	20	1
18	Diogo Gomes Barroso	111	4	2
19	Caetano José Ribeiro Louzada	107	9	2



5^o Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

20	Luís Caetano Pinto	107	3	2
21	Francisco da Silva Bacelar	106	3	1
22	Antônio Gonçalves Carneiro, Negociante	99	2	1
23	Serafim José Pereira	95	11	1
24	José Ferreira Porto	88	7	1
25	José Maria da Silveira Viana & Companhia, Alferes; Negociante	87	4	1
26	Manuel Caetano Pinto, Capitão-Mor; Comendador	86	6	2
27	Manuel Gonçalves da Costa	86	4	1
28	José Joaquim de Almeida Regadas	83	5	2
29	Sebastião José dos Santos	83	10	2
30	Lourenço Antonio Ferreira	80	2	1
31	João Teixeira de Magalhães	79	11	2
32	João Pereira Monteiro	78	1	1
Total		4.384	281	

Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 390: volumes 1 a 5, 1816-1817; 1822-1824; Código 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824; Código 424: volumes 1 a 7, 1826-1831.

Entre os que atuaram em apenas um dos períodos, destaco a firma mercantil do *Capitão José Leal de Azevedo* que foi o quinto agente com o maior número de escravos transportados apenas na fase da “crise de oferta africana”. Ele é um dos seis traficantes que também participaram de negociações de bens registrados nas escrituras de venda registradas em Porto Alegre e Rio Grande¹². Nas escrituras registradas na capital, o Capitão José Leal de Azevedo & Companhia consta em escrituras de venda, crédito e procurações¹³. Como outorgante, destaca-se a escritura de venda da fazenda de campos e matos denominada “o Contrato” com casa de vivenda, galpão e charqueada, olaria, tudo coberto de telhas, pomar, cercados e benfeitorias, localizada na margem do Rio Caí, Distrito de Porto Alegre. O comprador, Antonio Martins de Menezes, pagou 16 contos de réis pela propriedade¹⁴. Este montante é equivalente a 29% do valor das escrituras que fez parte como comprador. Além disso, é praticamente o mesmo arrecadado com a venda de bens urbanos (15:600\$000 réis) e embarcações (16:500\$000 réis). Naquelas em que ele foi outorgado (comprador e credor), o montante investido alcançou o total de 56:047\$171 réis, distribuídos em créditos (1:800\$000 réis), bens rurais (33:200\$000 réis), bens urbanos (14:247\$171 réis) e embarcações

¹² Os demais agentes foram: Antônio Gonçalves Carneiro, José Maria da Silveira Viana, Manuel Caetano Pinto, Manuel Vieira de Aguiar e Miguel Ferreira Gomes. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Transmissões e Notas*. 1º Tabelionato. Porto Alegre, Livro 32 a 60 (16.11.1807 – 23.01.1851); APERS. *Transmissões e Notas*, 2º Tabelionato. Rio Grande, Livro 2 a 21 (18.02.1811 – 01.02.1852); Doravante APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L. fl. ou 2 Tab. RG, L, fl.

¹³ APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L.34, fl.12; L.40, fl.44v, 65v; 79; L.42, fl.67, 68; L.43, fl.15; L.44, fl.120v; L.45, fl.10v, 79, 114,151v, 169v, 203, 239, 277v; L.46, fl.89v; L.47, fl.145; L.48, fl.80, 108v, 182v; L.49, fl.67v, 120v, 125v. Em outras quatro escrituras ele foi nomeado procurador bastante de habitantes de Porto Alegre e Triunfo. APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L38, fl. 108; L.39, fl.6v; L40, fl. 57v, 126v.

¹⁴ APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L.49 fl.67v.



(6:800\$000 réis). Este último montante diz respeito à compra do Bergantim Reino Unido feita em 1821. A mesma foi adquirida junto aos seus dois antigos proprietários: Manuel José de Freitas Travassos e Manuel Alves dos Reis Louzada¹⁵, ambos também envolvidos na comercialização de escravos¹⁶.

Miguel Ferreira Gomes e Francisco da Silva Bacelar eram os dois atuantes nas três fases e eram matriculados como negociantes de grosso trato na Junta do Comércio do Rio de Janeiro¹⁷. Estabelecido na Corte do Rio de Janeiro, *Miguel Ferreira Gomes*¹⁸ era matriculado desde 1814 e mantinha outros interesses na região, como indica três escrituras registradas em Porto Alegre. Na registrada em março de 1811, ele deu por encerrada a sociedade mercantil que possuía com Domingos Martins dos Reis, este estabelecido na freguesia de Triunfo, termo da vila de Porto Alegre. Nos ajustes de contas, seu sócio ficou lhe devendo a quantia de 2:7000\$025 réis a serem pagos em parcelas semestrais até o saldo da dívida dentro do prazo de cinco anos¹⁹. No ano de 1829, Miguel Ferreira Gomes vendeu terras que possuía nesta mesma localidade para o Capitão Antonio José Fernandes Lima por 1 conto de réis²⁰. Pouco tempo depois (1831), vendeu um armazém em Porto Alegre para Manuel Lopes Guimarães pela quantia de 1:200\$000 réis²¹.

Francisco da Silva Bacelar, por sua vez, foi matriculado como "Negociante de grosso trato da Praça do Rio Grande de São Pedro do Sul" em janeiro de 1815²², mas no seu inventário aberto em Rio Pardo (1825) não constavam indícios claros de uma atividade mercantil pregressa. Entre os bens que foram declarados, destaca-se os de raiz (dois terrenos, uma casa e uma sesmaria de

¹⁵ APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L.42 fl.67, 68.

¹⁶ Respectivamente, ANRJ. *Código da Polícia da Corte*, Código 424: volume 1 (1826), volume 3 (1829). Manuel José de Freitas Travassos foi nomeado membro da Comissão de Comércio de Porto Alegre em 1824. AHRs. *Assembléia Legislativa - Conselho Geral* (A9.001): Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15/09/1824; o mesmo agente também era matriculado na Junta do Comércio como Negociante de Grosso trato de Porto Alegre desde 21/08/1811. ANRJ. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. *Matricula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros*. Código 170, v.1, fl.26v.

¹⁷ ANRJ. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. *Matricula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros*. Código 170, v.1-3 (1809-1850). Doravante ANRJ, Cód. 170, v. Quase a metade dos agentes listados na **Tabela 6** era matriculada na Junta do Comércio: Diogo Gomes Barroso, Francisco da Silva Bacelar, Francisco Ferreira de Assis, João José da Cunha, João Pereira Monteiro, Joaquim Antonio Ferreira, José Joaquim de Almeida Regadas, Luís Caetano Pinto, Manuel Afonso Gomes, Manuel Caetano Pinto, Manuel José Pereira Graça, Miguel Ferreira Gomes, Sebastião José dos Santos, Serafim José Pereira e Manuel de Passos Correia; respectivamente, ANRJ, cód. 170, v. 1, fl.35v, 66, 215v, 48v, 221v, 119, 52, 207, 104, 9, 37v, 63, 188, 65; v. 2, fl.54. Juntos eles representavam menos que 1% dos agentes, mas acumulavam 13% dos escravos distribuídos em 5% das remessas.

¹⁸ ANRJ, Cód. 170, v.1, fl.63.

¹⁹ APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L.35 fl.31v.

²⁰ APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L.46 fl.65.

²¹ APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L.47 fl.149.

²² ANRJ, Cód. 170, v.1, fl.66.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

campos) no total de 1:104\$000 réis e vinte e três escravos (4:760\$000 réis)²³.

José Ferreira Porto, Manuel Vieira de Aguiar e Militão Máximo de Souza constam entre os donos de embarcações e consignatários de cargas que transportavam mercadorias através do porto de Rio Grande²⁴. O primeiro era proprietário do Brigue Empreendedor que em 30/04/1842 atracou em Rio Grande vindo do Rio de Janeiro com três escravos para entregar a “diversas pessoas” e vários gêneros não especificados²⁵. *Manuel Vieira de Aguiar* era o segundo maior despachante de escravos, conforme indicado na **Tabela 6**. Era proprietário de cinco embarcações que entravam e saíam de Rio Grande carregadas de carne, couros, sebo, farinha e gêneros diversos²⁶. Uma das embarcações, o Patacho Bom Amigo de 165 toneladas, foi vendido em 1845 para Porfírio Ferreira Nunes de Rio Grande por 10 contos de réis²⁷. No ano anterior, o mesmo agente vendeu metade de um campo que possuía para Miguel Vieira de Aguiar pela quantia de 500\$000réis²⁸.

Por fim, *Militão Máximo de Souza*, natural do Rio Grande do Sul, embora atuante apenas na última fase do tráfico, era um negociante de destaque. Possuía cinco embarcações nas quais transportava carne, sebo, couros, açúcar, sal, fazendas e outros gêneros entre Rio Grande, Rio de Janeiro, Santos e Pernambuco²⁹. Márcia Kuniochi havia identificado a presença dele como responsável por diversos carregamentos de gado e seus derivados remetidos de Porto Alegre e Rio Grande para o porto do Rio de Janeiro, entre 1842 e 1854³⁰. De acordo com Carlos Gabriel Guimarães, Militão Máximo de Souza (posteriormente, Visconde de Andaraí) estava envolvido com o comércio de abastecimento da região Sul do Brasil e atuava no comércio de grosso trato de navios e comissões. Foi membro da diretoria do Banco do Brasil de Irineu Evangelista de Souza, o Barão/Visconde de Mauá, entre 1851 e 1853. Deputado do Tribunal do Comércio da Corte (1853), foi sócio comanditário da Sociedade Bancária *Mauá McGregor e Cia.* (fundada em 1854). Também constou entre os sócios da *Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis*, constituída por Mauá e seus sócios, em 1852, assim como da *Cia. Anônima Luz Steárica de*

²³ APERS. Inventário *post-mortem*, *Francisco da Silva Bacelar*, 1º Cartório de Órfãos de Rio Pardo, 1825, maço 14, processo nº 341.

²⁴ AHRs. “Autoridades Militares”, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. “Marinha” – *Praticagem da Barra*, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72. Doravante, AHRs, *Praticagem da Barra*, reg.

²⁵ AHRs, *Praticagem da Barra*, reg. 521.

²⁶ AHRs, *Praticagem da Barra*, reg. 292, 421, 536, 792, 808, 860, 1014 e 1039.

²⁷ APERS. *Transmissões e Notas*. 2 Tab. RG, L.18, fl.50v.

²⁸ APERS. *Transmissões e Notas*. 1 Tab. POA, L.53, fl.130.

²⁹ AHRs, *Praticagem da Barra*, reg.306, 390, 441, 494, 582, 795, 868, 959, 987, 1013 e 1078.

³⁰ KUNIOCHI, Márcia Naomi. *Crédito, negócios e acumulação. Rio de Janeiro: 1844-1857*. 2001. Tese de doutorado – FFLCH-USP, São Paulo, p. 182-192.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Produtos Químicos, fundada na mesma época³¹.

Mesmo participando apenas da etapa interna do tráfico, constatou-se a importância do tráfico atlântico para o abastecimento de mão-de-obra no Rio Grande do Sul e que houve um sensível incremento dos negócios correlato ao ritmo das conjunturas do tráfico atlântico. Quanto à atuação dos seus agentes, a intensificação da importação reforçava a tendência da atividade atrair um grande número de interessados, mas que individualmente negociavam poucos cativos enquanto um pequeno grupo de agentes era responsável pela introdução da maior parte dos cativos na região. Todavia, cabe ressaltar que os traficantes de atuação conjuntural no tráfico rio-grandense responderam pela importação de uma parcela mais significativa de escravos do que verificado em outras localidades, como a Bahia e o Rio de Janeiro. A observação da atuação de alguns destes agentes mercantis indica que não existia agentes mercantis especializados neste ramo do comércio atuantes na região. Mesmo negociantes com atuação destacada na economia rio-grandense (comercialização de alimentos e outras mercadorias, compra e venda de bens de raiz, embarcações e crédito.) participavam de forma esporádica no comércio de escravos. Destaca-se ainda que foi possível identificar traficantes que, embora não fossem especializados, participaram de forma mais consistente na comercialização de escravos com um grande número de envios e escravos e em mais de uma das fases da periodização sugerida para o tráfico negreiro.

Bibliografia

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790– c. 1825*. 2006. 200p. Mestrado em História – PPGH-UFRGS, Porto Alegre.

BERUTE, Gabriel Santos. *O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826-1831*. In *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, Maio 2009. 13p. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/GabrielBerute.pdf>>. Acesso em: 23 Jul. 2009.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. 1º Edição. São Paulo: Annablume, 1999.

³¹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)*. 1997. Tese de doutorado – FFLCH-USP, São Paulo, p. 108; 127; 130-32; 157; 161; 171; 197.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª Edição revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In *Seminário de História Quantitativa*. Juiz de Fora: UFOP, 2000, 30p.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)*. 1997. 339p. Tese de doutorado – FFLCH-USP, São Paulo.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. *Crédito, negócios e acumulação. Rio de Janeiro: 1844-1857*. 2001. 353p. Tese de doutorado – FFLCH-USP, São Paulo.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e GRINBERG, Keila (org.). Dossiê – “Para inglês ver”? Revisitando a Lei de 1831. In *Estudos Afro-Asiáticos*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM, Jan-Dez 2007, Ano 29, nº 1/2/3, p. 85-340.

MARTINS, Roberto Borges. *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE*. Caxambu/MG: ABPHE, 7-10 setembro, 2003.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a Praça mercantil de Salvador (c. 1680-c. 1830)*. 149p. Mestrado em História – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.